



**Município de Cadaval
Câmara Municipal**

Consulta Prévia nº 1/2025/Cadaval

Aquisição de Serviços de Comunicações Fixas e Móveis de Voz e Dados

CONVITE

1. Identificação e contactos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante: MUNICIPIO DO CADAVAL

Endereço: Câmara Municipal do Cadaval, Av. Dr. Francisco de Sá Carneiro

Código postal: 2550 – 103

Localidade: CADAVAL

Telefone (00351) 262 690 100

Fax (00351) 262 695 270

Endereço eletrónico: compras.publicas@cm-cadaval.pt

Plataforma eletrónica: www.acingov.pt

2. Órgão que tomou a decisão de contratar: Câmara Municipal.

3. Fundamento da escolha da consulta prévia: nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 20º do CCP, anexo ao Dec. Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto.

4. O presente procedimento tem por objeto a “Aquisição de Serviços de Comunicações Fixas e Móveis de Voz e Dados”.

5. Documentos que constituem a proposta:

- a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP, anexo ao Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto;
- b. Indicação do preço contratual em respeito pelo caderno de encargos, sem inclusão do IVA.
- c. Apresentação dos elementos da proposta conforme caderno de encargos e respetivos anexos.



Município de Cadaval

Câmara Municipal

- d. Anexo II preenchido.
6. Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa.
- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
7. Não é permitida a apresentação de propostas variantes.
8. O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.
9. O prazo para apresentação da proposta termina às 23h59 do 5º dia útil a contar do dia seguinte à recepção do presente convite.
10. A proposta será apresentada diretamente na plataforma eletrónica indicada no ponto 1.
- a. Sempre que não for possível a apresentação de qualquer documento pela via electrónica, o concorrente terá que o apresentar encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante. O invólucro deve ser entregue directamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respectiva recepção ocorrer dentro do prazo fixado no ponto 10 deste convite.
11. Nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP anexo ao Dec. Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, não é exigível a prestação de caução, nem haverá lugar a retenção de 10% do valor dos pagamentos a efectuar, nos termos do nº 3 do artigo 88º do CCP.
12. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as eventuais rectificações das mesmas podem ser efectuadas até ao dia anterior ao termo do prazo para entrega das propostas.
13. Os documentos de habilitação exigíveis ao adjudicatário nos termos do nº 1, do artigo 81º do CCP, deverão ser apresentados no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, sendo os seguintes:



Município de Cadaval Câmara Municipal

- a. Declaração mencionada na alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP anexo ao Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto;
 - b. Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b) d) e) e h) do artigo 55º do CCP anexo ao Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto;
 - c. Documento comprovativo do registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, em alternativa, o respetivo código de acesso;
 - d. Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo em anexo ao Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro, constante do Anexo III ao presente convite;
 - e. Certidão permanente da empresa.
 - f. Nome(s) completo(s) e número(s) de identificação civil e fiscal da(s) pessoa(s) que irá(ão) outorgar o contrato ou caso o pretendam facultar, cópia do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte ou cópia do Cartão de Cidadão.
14. O critério de adjudicação será o do **mais baixo preço**, de acordo com a alínea b), do nº1 do artigo 74º do CCP anexo ao Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto;
15. Nos termos do nº4, do artigo 74º do CCP anexo ao Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, o critério de desempate será prazo de colocação em funcionamento da totalidade da solução.
16. O preço base para efeito do presente concurso é de **29.200,00 €**.

Em Anexo: Modelo de Declaração – Anexo I do CCP
Modelo de Declaração – Anexo II do CCP
Modelo de Declaração – nº4 do art.º 69º do CPA



Município de Cadaval
Câmara Municipal
ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO – ANEXO I AO CCP

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do nº3 do artigo 256º-A do Código dos Contratos Públicos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos nºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do nº3 do artigo 256º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º.



Município de Cadaval
Câmara Municipal
ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO – ANEXO II AO CCP

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sitio da internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

(5) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º.



Município de Cadaval
Câmara Municipal
Anexo III

Declaração

(Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo em anexo ao Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro)

1 - Para efeitos do disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], prestadora de serviços no âmbito do procedimento ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do artigo 69.º

2 - O declarante tem pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.os 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica, a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

... [local], ... [data], ... [assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».